Ideologia: por trás do silencio nos discursos

Mary Natsue Ogawa e Wilsianne Carneiro Rabelo

Resumo

Os discursos políticos revestidos de ideologia tendem a priorizar interesses da classe dominante. Para isto, contam com ferramentas potencializadas pelas tecnologias, facilitando a disseminação destes discursos. No Brasil e no mundo a disseminação de discurso ideológico tem se utilizado das chamadas fake News e da desinformação, o que contribui para fragmentar o processo democrático. Os discursos são reflexo de um viés ideológico e compõem os instrumentos para a manutenção e reprodução de determinado arranjo social, mas também abrem espaço para que os excluídos (e prejudicados socialmente) desse arranjo possam insurgir-se, enxergando possibilidade de mudanças no cenário político e social. Nesta perspectiva, este estudo tem como objetivo analisar em que medida é perceptível, nos discursos políticos, a prevalência de uma ideologia dominante, e de que forma a dominação digital facilita a disseminação destes discursos. Para esta análise, e utilizando como critério para a participação democrática, partimos do conceito de ideologia defendida por Karl Marx e Friedrich Engels, dos fundamentamos do processo de dominação digital nos estudos de Born, do impacto da desinformação na democracia em Rasquel, e da análise apresentada por Dahl sobre a importância da informação clara e precisa. Partindo das premissas destas doutrinas, conclui-se que a ideologia, por vezes, não é compreendida por grande parte da população, e assim, os elementos ideológicos nos discursos políticos passam despercebidos, carecendo de uma análise, a partir do materialismo histórico-dialético, que possibilitaria compreender como os mecanismos ideológicos limitam a percepção sobre como funciona a sociedade.

Palavra-chave: ideologia; dominação digital; discurso político; desinformação, democracia.

Sobre os autores

Mary Natsue Ogawa é Mestre e Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Pedagoga pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), pós-graduada em Projetos Educativos em âmbito Escolar e Não Escolar, em Educação Especial pela PUC-PR. E-mail: mogawactba@gmail.com

Wilsianne Carneiro Rabelo é bacharel em Direito pela Universidade UniDomBosco, pós-graduanda em Direito de família e sucessões pela Uninter. E-mail: wilsianne_rabelo@hotmail.com

Abstract
Political discourses clad in ideology tend to prioritize the interests of the ruling class. To do so, they rely on technology-enhanced tools that facilitate the dissemination of such discourses. In Brazil and in the world, dissemination of ideological discourse has used the so-called fake news and disinformation, further fragmenting the democratic process. Discourses reflect an ideological bias and make up the instruments used to maintain and reproduce a certain social arrangement, but they also open space for those excluded socially disadvantaged to rise up, fighting for changes in the political and social scenario. In this perspective, this study analyzes the extent to which the prevalence of a dominant ideology can be perceived in political discourses, and how digital domination facilitates their dissemination. Based on the concept of ideology defended by Karl Marx and Friedrich Engels, on the fundamentals of the digital domination process in Born's studies, on the impact of disinformation on democracy in Rasquel, and on Dahl's discussion about the importance of clear and accurate information as criteria for democratic participation, the analysis concludes that ideology is sometimes not understood by much of the population, and thus the ideological elements in political discourses go unnoticed, lacking a historical-dialectical analysis that would allow us to understand how ideological mechanisms limit the perception of about society works.
Keywords: ideology; digital domination; political discourse; disinformation; democracy.

Artigo recebido em 20 de janeiro e aprovado pelo Conselho Editorial em 8 de fevereiro de 2022.

> […] é o ponto de vista que cria o objeto
> (Saussure, 2006, 15)

Introdução

No Brasil e no mundo tem sido comum, nas últimas décadas, que forças políticas investidas de suas ideologias partidárias busquem a dominação através do meio digital. É ainda comum que esse processo se reverta em ataques a concretude da democracia.

Estes ataques ocorrem por meio da manipulação e, se utilizando de diferentes plataformas digitais, criam elementos que impactam e distorcem a realidade, falseando fatos e criando "cortinas de fumaça", o que dá origem a um mundo pensado para atender aos fins ideológicos de determinados grupos. Entretanto, isto nem

sempre é perceptível, pois é comum que, no Brasil, a ideologia (e a percepção dessa) como condutor da história política e social no país seja mascarada.

Desta forma, os discursos ideológicos acabam usando de diferentes vestes, que levam aos cidadãos (aos eleitores) a falsa ideia de representação e de participação democrática. Falsa porque o seu posicionamento, seja pelo voto ou pela adesão a uma proposta, está sendo induzida, e não estimulada a partir do livre pensar e discussão de ideias. Trata-se de uma vontade manipulada por falsas informações, que induzem a decisões pautadas em mentiras. Logo, é necessário observar e atentar para que os discursos políticos não coloquem em risco a democracia.

Este risco à democracia, nem sempre é visível, e pode transitar pelos discursos no sentido de equalizar o pensamento social sobre determinado tema, ao mesmo tempo que "cega" outros temas, tirando de cena políticas públicas vitais à população. Um exemplo é a máxima "a economia não pode parar", que à luz da do pensamento ideológico alemão de Karl Marx e Friedrich Engels, representa a cristalização ideal de práticas materiais da classe dominante, pois apela ao trabalhador que continue, a despeito das diversidades, a trabalhar pela manutenção da economia, pois esta é a base da sociedade e não pode parar embora exija inúmeros sacrifícios – ainda que este sacrifício esteja centrado em uma única classe ou categoria social e mesmo que a saúde e a vida do trabalhar sejam comprometidas neste processo.

Nesta lógica ideológica que caracteriza a classe dominante, é aceitável que pessoas morram para que seja mantido o *status quo* de quem está no poder e para que não haja redução do capital acumulado por esta elite. Uma elite que não somente detém a força de trabalho, porque possui os meios de produção, mas também porque aprisiona o espírito e a vontade da classe trabalhadora porque os convence com seu discurso ideológico, tornando-os também defensores do modo de vida desta elite dominante, e resignados ao seu papel na história.

Esta resignação, ao longo da história, tem se dado pela dominação, seja ideológica, cultural, enfim, em seus diferentes aspectos, e atualmente, tem sido potencializada pelos meios de comunicação em massa, pelas tecnologias, pelos avanços científicos, caracterizando a chamada dominação digital.

Ideologia: a que (ou a quem) serve?

Para compreendermos o papel da ideologia na história política da humanidade, e ainda a sua função como balizadora das relações nas diferentes sociedades ao longo das civilizações é preciso conhecer o que é ideologia, que elementos subjacentes dão forma ao seu poder, de forma declarada ou implícita, e, a partir deste entendimento, refletir a que ou a quem serve a ideologia.

O conceito de ideologia, por ser polissêmico, no decorrer da história tem comportado muitas definições. Compreender o sentido e a função da ideologia é imprescindível para analisar as correlações existentes entre os interesses de cada classe e entender como estes interferem na política, economia, na cultura e na sociedade contemporânea que é basicamente capitalista (Silvia, 2015).

O termo ideologia foi compreendido inicialmente por Destutt de Tracy, no século XVIII, como uma ciência de ideias que designavam as percepções de si e do mundo exterior. Posteriormente, o termo foi compreendido por Napoleão Bonaparte como um conjunto de ideias adaptáveis utilizadas para manipulação política. Inspirado nos ideais do Iluminismo, foram denominados como ideólogos os seguidores das ideias de Tracy. Na concepção dada por Engels e Marx (2007), o termo foi compreendido como ideias falsas; como a falsa consciência sobre os homens que são impelidos a uma compreensão errada do mundo social; e como um termo que passou a ser comumente utilizado em textos de polêmica política. No século XX, a palavra conservou a acepção neutra, como sendo um conjunto de convicções filosóficas, sociais e políticas de um determinado indivíduo ou grupo (Codato, 2016).

O sentido do termo ideologia baseado na teoria marxista possui como premissa utilização do materialismo histórico e dialético[1] para interpretar a organização dos homens em sociedade através da

1. O materialismo histórico-dialético criado por Karl Marx e Friedrich Engels é um enfoque teórico, metodológico que busca compreender a realidade do mundo a partir das grandes transformações da história e das sociedades humanas. O termo "materialismo" diz respeito à condição material da existência humana, o termo "histórico" revela a compreensão de que existência do ser humano é condicionada historicamente, e o termo dialético, é o movimento da contradição produzida na própria história. (Leite et al., 2019).

história e do movimento de ideias (Magalhães, 2013). A concepção da palavra conceituada por Marx e Engels indica a ideologia como uma falsa consciência que o homem tem da realidade e da situação social, constituindo, desta forma, um processo que mascara os interesses e valores morais e políticos da classe dominante e funciona como um mecanismo que distorce e disfarça as contradições sociais.

Michel Pêcheux[2] (1990), dentro de um contexto marxista, demonstra que o sentido dado a ideologia está apoiado nas condições históricas e sociais. O autor identifica dois tipos de ideologias que se combinam conforme as formações sociais, as que ele denomina tipo A e tipo B, sendo que a ideologia tipo A deriva da prática técnica empírica relacionada ao processo de produção e que tem como característica a originalidade; e a ideologia do tipo B, é denominada como político especulativa, marcada pelo conservadorismo, e possui como função produzir e conservar o *status quo* das relações sociais e de produção das classes sociais.

Norberto Bobbio (1998) definiu o termo ideologia como sendo um sistema de crenças ou de valores que podem ser instrumentalizados por políticos para influenciar o comportamento das massas e legitimar o seu poder. Para o autor o conceito possui um significado forte e um significado fraco e ensina que no significado fraco, a ideologia defende a existência de um conceito neutro e está relacionado a um conjunto de ideias e de valores que têm a função de orientar os comportamentos políticos coletivos, atribuído a uma crença, a uma ação ou a um estilo político, pela presença de elementos como o doutrinarismo e o dogmatismo. No significado forte, o autor atribui ao termo ideologia a definição apresentada por Marx, um conceito negativo que denota falsa consciência de uma crença política, que denota ideias e teorias que são socialmente determinadas pelas relações entre as classes dominantes, um significado centrado em dois elementos: o caráter da falsidade da Ideologia e a sua determinação social.

Bobbio afirma que o maior problema a ser explicado seria como uma crença mascara *in primis* os interesses dos detentores do poder, e como esta poderia atuar como uma falsa consciência, considerando que o ponto fundamental seria identificar os interesses que

2. Fundador da Análise de Discurso que teoriza como a linguagem está materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem.

estão relacionados a situação de poder e a mudança desta situação. A ausência desta percepção da ideologia que estão nas ações, nos discursos e nos pensamentos da classe dominante, corrobora para a manutenção das relações de poder e legitima as desigualdades sociais. Desta forma, justamente os que são vítimas das desigualdades sociais, são dominados e excluídos por uma política que privilegia os grupos dominantes, sem mesmo se darem conta de que são os pilares desta relação de exploração.

Neste sentido, a Análise de Discurso funciona como uma ferramenta que permite averiguar a textualização do político, considerando um passo importante para compreender as relações entre símbolo e as relações de poder (Orlandi, 2005). A ideia de que os discursos podem mascarar a realidade demonstra a importância do estudo do quadro teórico construído por Pêcheux (1990), que verifica três regiões do conhecimento: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso. Através destas reflexões, é possível colocar o analista em um local de destaque, capaz de perceber além do efeito ideológico (Dresch, 2003). Neste sentido, Adriano Codato (2016) demonstra como os efeitos das ideologias dominantes e os seus mecanismos sociais se manifestam na sociedade e de que maneira as ideologias estão ligadas a uma disputa pelo poder político e a grupos de interesses e como a utilização destas legitimam a dominação social por meio de:

> Práticas significantes e processos simbólicos (num sentido muito próximo à ideia de "cultura"); ideias e crenças de uma classe ou grupo social (uma visão de mundo); um campo discursivo onde poderes sociais relevantes se enfrentam (através da retórica política); concepções ou suposições falsas e/ou distorcidas da realidade social (um discurso "ideológico" propriamente dito); um ideário, um pensamento organizado, como são os sistemas teóricos especulativos (isto é, uma doutrina); idiomas específicos com léxico próprio ("linguagens" sociais); palavras de ordem, slogans, lugares-comuns. (Codato, 2016, 323).

Logo, Codato (2016) apresenta como as tradições ideológicas passam a universalizar valores que favorecem conceitos dominantes e interesses particulares, com o objetivo de torná-los aceitáveis socialmente. Ele demonstra que as classes dominantes se utilizam de mecanismos ideológicos como a racionalização, a universalização, a dissimulação e principalmente a naturalização para favorecer

a dominação social e na unificação de classes dirigentes. O autor ensina que no mesmo período pode existir diversos tipos de ideologias políticas e cita como exemplo o Brasil nos anos 1930, época em que predominavam ideologias com o liberalismo, o autoritarismo e o corporativismo. Conclui o autor que as ideologias e os produtores de ideologias, denominado por intelectuais, são difundidas por discursos proveniente do próprio Estado, por partidos políticos, por sindicatos, por movimentos e por organizações, conservando, desta maneira, a ideologia dirigente e o discurso dominante.

O discurso político pelo olhar das teorias Marxistas e Pecheuxtiano

O discurso político é o discurso do sujeito por excelência, este possui como característica fundamental impor a sua verdade, sendo o assujeitamento fundamental na construção do discurso, pois ao mesmo tempo em que constrói sujeitos, enfrenta-se com sujeitos já construídos. Celina Regina Pinto (2006) afirma que no Brasil, devido as desigualdades sociais provenientes do capitalismo, uma grande parcela da população não é portadora de direitos. Dessa forma, estes sujeitos encontram-se acolhidos em discursos políticos clientelísticos que aprofundam a condição de desigualdade.

A autora menciona como exemplo um discurso recente em que o presidente da república, em um pronunciamento oficial, ao explicar mudança política, econômica e financeira que estava acontecendo no Brasil, afirmou ser tão simples de ser compreendido o que ocorria na economia brasileira, que até mesmo uma dona de casa compreenderia o ocorrido. Neste sentido, Pinto levanta os seguintes questionamentos para a reflexão:

> Por que na política esta senhora, que é completamente ignorante e desprovida de ter o que fazer, por que ela passa o dia inteiro passando de supermercado em supermercado e é tão importante no discurso político brasileiro? O que está imbuído nessa senhora para que ela apareça em todos os discursos políticos? O que está imbuído aí: o desprestígio do trabalho da casa? O desprestígio da mulher? Qual é o sentido? No discurso político brasileiro, este sujeito é fundamental, mas não é para a mulher da virada do século: "a dona-de-casa", certamente, é uma mulher que trabalha de manhã, cuida dos filhos ao

> meio-dia e sai novamente para trabalhar e à noite corre ao primeiro supermercado da esquina e volta pra casa (Pinto, 2006, 91).

Observa-se que nos discursos conservadores tem-se como exemplo um sujeito desprovido de poder e saber, neste sentido, no discurso é cita-se a figura da dona de casa, que é considerada pelo sujeito do discurso como uma pessoa desinformada, alguém que não compreende os fatos e é desligada dos problemas sociais. Para que seja afirmado o próprio discurso, é preciso desconstruir o discurso do outro e criar uma polêmica ao mencionar no discurso político esta senhora considerada ignorante. O locutor tem a consciência que este discurso não ofenderá a ninguém, já que nenhuma mulher se identifica com estas características. Contudo, esta imagem reproduz o preconceito em relação a mulher, levando a entender que estas não são capazes de se envolver em questões políticas. Demonstra-se, assim, como os mecanismos ideológicos podem delimitar a compreensão do sujeito das intenções ocultas que revestem os discursos políticos.

Como exemplo, Magalhães (2013) apresenta em sua pesquisa uma análise de um discurso sobre construções e reformas que preservam o meio ambiente que foi apresentado pelas mídias em uma propaganda do Banco Caixa Econômica Federal[3]. A frase diz que: "Se cada um fizer o seu papel, todos vão viver em um mundo melhor". A autora compreende que neste discurso de base ideológica liberal, o efeito pretendido pela empresa é que entendam que o benefício proposto se dirige a qualquer cidadão, sem considerar a predominância da desigualdade social em uma sociedade capitalista. Logo, a afirmação de que "todos terão um mundo melhor" dissimula a diferença econômica entre as classes sociais. A autora demonstra a importância de que na análise do discurso deve ser feito, além do que foi mencionado, análise também daquilo que ficou silenciado (Magalhães, 2013).

Pêcheux (1990) afirma que deve ser observado no discurso o plano de referência e a sequência discursiva em que o discurso

3. A Caixa Econômica Federal é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada nos termos do Decreto-Lei 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda.

está estruturado, o tempo e o local em que o discurso ocorreu. Desta forma, Pinto (2006) afirma que a análise do discurso através do materialismo histórico dialético apresentado por Marx demostra ser uma das principais formas de interpretação do discurso, pois permite ao sujeito refletir sobre quais seriam os reais interesses que estão ocultados nos discursos e quais as consequências que podem causar à sociedade. Para Belmira Magalhães (2013), ao analisar o discurso através do materialismo histórico-dialético, o indivíduo é capaz de compreender como os mecanismos ideológicos limitam o sujeito a perceber como funciona a sociedade capitalista e as consequências individuais e coletivas que estas provocam. Neste sentido, mostra-se importante o ensinamento de Pecheux, que afirma que a melhor forma para entender o discurso na sua totalidade é compreender o fenômeno e buscar a sua essência, analisando qual é o lugar social do sujeito do discurso, o sentido do discurso e o efeito que ele produz.

Outro ponto importante a ser observado nos discursos, quanto as democracias contemporâneas, seria quando Pinto (2006) afirma que estas tendem a democratizar espaços de discursos e classifica estas formas de enunciação dos discursos como sendo, discurso político estrito senso, como sendo aqueles que partem de partidos políticos, do governo e assembleias legislativas; e os discursos políticos que são reproduzidos na impressa e na sociedade. Para autora, quanto mais se democratizar um país, haverá cada vez mais cidadãos enunciando o discurso político em locais não tradicionais da política e consequentemente, neutralizando os discursos dominantes. Durante as campanhas eleitorais, os eleitores passam a ser enunciadores de um determinado discurso político e os locais de enunciação, por exemplo, as redes sociais, internet, mídia televisiva passam a ser um espaço de construção de discurso que provocam efeitos diversos a depender da tradição e reconhecimento do público.

Entre esses efeitos que são produzidos pelos elementos da era digital que, materializados em especial pelas redes sociais, propagam os discursos com velocidade extrema e os distribuem instantaneamente por todo o mundo, destaca-se a dominação digital, uma forte e perigosa face de como o discurso ideológico ganha terreno e se insere muito facilmente, com pouca ou nenhuma reflexão.

Entre o pensar e o acatar: dominação digital

O mundo hoje tem como marca a cristalização da tecnologia nas diferentes dimensões da vida humana, o que envolve trabalho, saúde, lazer, relações amorosas, pessoais, profissionais e familiares, ou seja, a tecnologia tomou conta de todos os espaços da vida.

Espaços que foram alargados e virtualizados de forma que os avanços tecnológicos nos permitem aproximar e integrar pessoas de diferentes partes do mundo, produzir conhecimento, e divulgar informações com grande velocidade, atingindo milhares de pessoas simultaneamente em todo o planeta.

Esta intensa velocidade na produção e propagação da informação se reflete também na maior possibilidade de participação social, que se avoluma a partir do domínio de informações e de consequente posicionamento, tanto quanto na tomada de decisões, que se constroem a partir destas informações.

Como fruto desta maior participação política, posicionamento e também da tomada de decisões, figuram as mobilizações populares que veem ocorrendo nas últimas décadas, por meio das redes sociais. Ferramentas tecnológicas que possibilitam uma grande diversidade de discursos, e tem o potencial de mobilizar para diferentes causas e reinvindicações.

Este contexto contribui para compreender, em um pequeno recorte, o papel da tecnologia para avanços políticos e sociais, e mesmo para a ampliação da democracia, que segundo Soares e Gurgel (2011) fazem da democracia, finalmente, um fenômeno de massa.

Embora a tecnologia contribua para ampliar a participação democrática, visto que possibilita maior acesso à informação e também dá visibilidade aos movimentos contestatórios e posicionamento diversos, é necessário considerar que a tecnologia tem diferentes facetas e ao passo que politiza e mobiliza, também aliena e desmobiliza, compondo, portanto, nuances de um processo de dominação, que agora se dá pelos meios digitais.

Para compreendermos este processo de dominação, é preciso, antes, a clareza sobre o que entendemos por dominação. Conforme Weber, é a probabilidade de contar com a obediência daqueles que devem obedecer (Paixão, 2012). Obediência esta que encontra respaldo no indivíduo que acredita no poder exercido por outro, a quem irá obedecer por convicção em suas crenças, sejam quais forem.

Assim, a literatura sociológica trabalha com diferentes perspectivas do que é dominação, encontrando em Max Weber (1994) a definição de Dominação Carismática, que se fundamenta no poder mágico ou sobrenatural e que se relaciona ao indivíduo (herói) como fonte de dominação e poder, o que o torna especial aos olhos dos demais, legitimando desta forma o seu poder de dominação (Filho, 2014).

Weber traz ainda a definição da Dominação Tradicional, que se pauta na legitimidade do patriarcado, no poder herdado, e que se perpetua, de geração em geração, garantindo aos descendentes (como no caso dos reis) o poder de dominar, porque assim foi, por tradição, com os seus familiares (Paixão, 2012).

E, por fim, a Dominação Racional-Legal, que se assenta na "legalidade da lei e na legitimidade do poder daqueles que fazem essas leis e normas" (Paixão, 2012, 129), que é o modelo mais comumente encontrado nas sociedades contemporâneas, pautadas em leis, que regem a vida pública e que tendem ao caos e à desordem quando não há regras, ordem, ou uma dominação racional.

Nesta perspectiva, é possível compreender a dominação como parte de uma construção conjuntural para alçar o poder e, por meio deste, ter a obediência da população, entendendo que esta dominação faz uso de diferentes elementos para a consecução de seus objetivos políticos.

Os atuais contextos têm como ponto alto a tecnologia e os meios digitais. Assim, emerge um novo e fértil solo para a dominação: o mundo digital que, embora traga elementos diferentes, ainda tem em comum o poder do convencimento e a legitimidade por meio de verdades – que alguns compreendem como incontestáveis e até mesmo mágicas –; o carisma de líderes ou influenciadores, que surgem no universo on-line como heróis; e uma aparente falta de racionalidade-legal, visto o lento e tênue surgimento de leis que tragam ordem e normas ao mundo virtual.

Desta forma, a dominação digital ganha espaço nas sociedades ditando normas e criando espaço para construir necessidades. Por vezes, manipula opiniões e mobiliza vontades, pode até incitar ataques contra os princípios democráticos, como tem sido bastante comum nas últimas décadas, em todo o mundo.

Este movimento de manipulação possibilitado pelos meios digitais traz impacto para todo o processo democrático, não somente

pelos ataques já mencionados, mas porque forma opiniões a partir de mentiras e desinformação, intervindo na escolha democrática dos governantes, como é o caso das habituais já conhecidas *fake news* registradas nas eleições brasileiras.

Uma escolha feita a partir de mentiras e desinformação é um atraso no processo democrático e reflete a dominação digital "[...] como uma nova forma de detenção do poder, como formadora da vontade do eleitor por intermédio das redes sociais e outros meios sociais de comunicação eletrônica" (Born, 2021, p,g. 1199.)

É preciso atentar que este nível de interferência na vontade do eleitor, produzida pelos meios digitais, não ocorre de forma consciente. Não há uma livre escolha, visto que o processo de dominação consiste justamente na cega obediência decorrente na crença na naturalidade daquele poder que, neste caso, vem das mídias sociais e da internet, ocupando o espaço dos deuses e heróis no imaginário popular.

E desta dominação resulta em mentiras e desinformação, que nada mais são do que mentiras calculadas (Breton, 2005). Elas são rapidamente propagadas e difundidas pelos meios digitais, e ainda mais rapidamente absorvidas como verdade incontestável por um público que, por vezes, é pouco crítico e não se permite questionar, ou ainda porque estas inverdades vão ao encontro dos seus interesses.

É importante atentar para o fato de que o acesso à informação é parte fundamental do processo democrático, mas de uma informação verdadeira, e não envolta em um discurso que mascara mentiras para manipular vontades. É preciso que a informação propicie ao cidadão condições de tomar suas próprias decisões, pois a democracia pressupõe igualdade (Dahl, 2016), isto se aplica ao nível de conhecimentos acerca de determinado tema.

Dhal defende que a democracia requer critérios. Entre estes critérios, o autor cita a Aquisição do entendimento esclarecido, que trata da igualdade de oportunidade para "[...] aprender sobre as políticas alternativas importantes e suas prováveis consequências" (Dahl, 2016, 49).

Esta oportunidade para aprender envolve ter acesso a informação de qualidade, verdadeira, relevante, que expresse os contextos políticos e sociais e que permita também conhecer as consequências destas para todos os segmentos sociais, tendo como foco o interesse coletivo e deve partir da clareza de como tais políticas podem atender os interesses da população.

Estes interesses, entretanto, nem sempre são legítimos, mas produzidos pelo próprio poder de dominação digital, materializado nos discursos de seus líderes, ideologicamente mascarados, e que agora, nas plataformas virtuais e redes sociais, têm um alcance quase ilimitado à sociedade, gerando também uma certa aura de estrelato em torno deles.

A produção de interesses, ou ainda, do convencimento de que determinada política é de interesse da população se dá pela construção de um discurso argumentativo, envolvo em ideologias dominantes que avançam nas mentes sem encontrar resistência e são aceitas de forma natural (Rasquel, 2019), ainda que possam contrariar os interesses daqueles que as defendem.

Exemplo desta absorção passiva de um discurso ideológico, é quando a classe trabalhadora – convencida pela dominação digital, fruto dos meios eletrônicos e tecnológicos –, acaba por defender a retirada de direitos trabalhistas, compreendendo que é uma ação necessária pelo bem da sociedade, sem se dar conta que, por vezes, esta ação tem como beneficiário uma classe dominante e não toda a sociedade.

Entretanto, este convencimento ocorre pela intensa descarga de desinformação advinda dos meios digitais (os quais distorcem fatos e criam posicionamentos) e ainda pela falta de possibilidade de discutir e refletir sobre os fatos, buscando compreender os contextos, ler e interpretar as conjunturas e, principalmente, conhecer o seu papel no mundo e a sua força de transformação social.

Esta força de transformação é anulada pelo poder da dominação digital que, circundada pelos meios tecnológicos, muito fortemente, cria espaço para o surgimento de um discurso ideológico que permeia diferentes classes sociais, as quais se apropriam deste discurso como sendo seu, ainda que contrariando a sua realidade e suas necessidades.

Contudo, apesar da liquidez dos discursos, das frequentes mentiras e desinformação como promoção da tomada de decisões e, ainda, da escassa mobilização para uma consciência de classe – o que permitiria ao cidadão se ver como parte de um sistema e perceber qual o seu papel nele, e, quem sabe, lutar para modificar as relações, que muitas vezes (na maioria) o prejudicam, é possível reverter tal quadro a partir da própria tecnologia.

Para tanto, é preciso um esforço da sociedade e das autoridades em monitorar e punir a desinformação e divulgação consciente de mentiras. Além disso, é necessário, na educação e no dia a dia, suscitar a

prática do debate de ideias, de forma saudável; incentivar o questionamento; e estimular o pensamento crítico e a leitura dos cenários sociais, como um exercício de autoavaliação das relações sociais, do seu lugar no mundo, e sobre como transformar esta equação.

Considerações finais

A literatura analisada sobre a temática central, ideologia, e as ferramentas de propagação, permite observar que os avanços ideológicos nos discursos, nem sempre perceptíveis, têm impactado a formação de políticas, o posicionamento e a própria construção da democracia, apontando para a necessidade de repensar no cotidiano o entendimento do que é ideologia e de como ela pode transformar a sociedade, seja para melhor ou para pior.

A ideologia, como parte de um discurso de captação política, está a serviço de interesses de grupos específicos, e, a partir do momento que se tem clareza da natureza ideológico e dos interesses representados neste discurso, cria-se a possibilidade real de um posicionamento crítico, compreendendo as nuances deste ato e o impacto para a vida em sociedade.

Nesta perspectiva, a análise do discurso por meio do materialismo histórico-dialético ao apresentar como premissa central o conhecimento da realidade prática, natural e social, nos fornece elementos para desfiar o discurso, buscando perceber cada um dos fios que constituem a sua trama. E tendo como referência para isto a objetividade da realidade observada em todas as suas nuances, é possível realizar uma leitura de mundo que permite compreender o papel de cada indivíduo e, ainda, o que as entrelinhas (ou os fios) do discursos trazem de impacto em sua vida e na de seu grupo social.

Neste sentido, à luz do materialismo histórico-dialético como método de análise do discurso político, é possível compreender que a acepção do termo ideologia "tem mais a ver com a questão de quem está falando o que, com quem e com que finalidade" (Eagleton, 1997, 22), pois o objetivo oculto do discurso está não nas palavras ditas, mas sim nas palavras silenciadas.

Os estudos aqui realizados, permitem evidenciar que o sentido do termo ideologia na contemporaneidade comporta duas acepções da palavra: uma com sentido neutro e a outra com o sentido crítico. Na acepção neutra é entendido como um conjunto de ideias

que refletem uma visão política. No sentido crítico, a palavra é considerada como um instrumento de convencimento para que seja possível a dominação.

Quando os mecanismos ideológicos são utilizados nos discursos, estes tendem a limitar o sujeito a compreender as reais intenções que revestem o discurso. É possível observar que, no Brasil, os discursos políticos estão quase sempre revestidos da práxis ideológica e que a classe dominadora busca, através de um aparato jurídico, político e ideológico, efetivar as ações necessárias para conservação da exploração.

Outrossim, a compressão da lógica do materialismo histórico-dialético é fundamental para que o analista desnaturalize o discurso político contemporâneo. A análise do discurso com base na concepção Marxista tende a identificar o oportunismo das classes burguesas dominantes que, através da ideologia, ocultam o favorecimento e os interesses de determinada classe e tendem a universalizar ideias. Da mesma forma, os analistas com base no recorte pecheuxtiano, entendem que para compreender o discurso na sua totalidade, deve-se compreender o fenômeno e buscar a sua essência. Como exposto, a partir da análise do discurso por meio das teorias marxistas e pecheuxtiana, é possível o analista compreender qual é o lugar social do sujeito do discurso, qual seria o sentido e o efeito que ele produz na sociedade, passando a entender que o real sentido do discurso está na posição social do sujeito e que a contradição de classes implica na formação das práxis ideológicas e nos discursos.

Esta compreensão do real sentido do discurso, da clareza ideológica presente e indicadora dos interesses dos grupos dominantes pode se constituir em uma importante ferramenta de combate à prática da mentira e da desinformação como estratégia de dominação política e ideológica nos meios digitas: a já consolidada dominação digital, que ganha terreno na prática de convencer a população a atender o interesse da classe dominante.

Para que este combate à desinformação e às falsas notícias – bem como o posicionamento crítico quanto aos discursos políticos que criam uma falsa noção de democracia, visando apresentar falsas opções ao povo – seja possível, é preciso compreender verdadeiramente o sentido da ideologia e, sobretudo, educar a população para a real possibilidade de leitura dos contextos sociais e da reflexão quanto aos conteúdos de tais discursos.

Referências

BOBBIO, N. N. (1988). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

BORN, R. C. (2021). A dominação política digital. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, vol. 7, n. 1, p. 1197–1231.

BRASIL, L. L. (2011). Michel Pêcheux e a Teoria da Análise de Discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. *Linguagem: Estudos e Pesquisas*, vol. 15, n. 1, p. 171-182.

BRETON, P. (2005). Libertar-se de uma tentativa de manipulação. In: BRETON, P. *Argumentar em situações difíceis*: o que fazer diante de um público hostil, de comentários racistas, de assédios, de manipulação, de agressão física e de violência sob qualquer de suas formas. Barueri: Malone.

CODATO, A. (2016). O conceito de ideologia no marxismo clássico: uma revisão e um modelo de aplicação. *Revista Política & Sociedade*, vol. 15, n. 32, p. 311-331. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n32p311. Acesso em: 24 nov. 2021.

DAHL, R. A. (2016). *Sobre a Democracia*. Brasília, DF: UNB.

DRESCH, M. (2003). *Ideologia* – Um conceito fundante na/da Análise do Discurso – considerações a partir do texto Observações para uma teoria geral das ideologias, de Thomas Herbert. [trabalho apresentado no I Seminário de Estudos em Análise de Discurso. UFRGS/UNIJUÍ]. Disponível em https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Paineis/MarciaDresch.pdf. Acesso em: 3 mar. 2022.

EAGLETON, T. (1997). *Ideologia*. Uma introdução. São Paulo: Boitempo.

FILHO, R. R. G. (2014). Carisma e dominação carismática: perspectivas teórico-metodológicas do conceito weberiano de carisma e sua efetivação nos estudos de religiões. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, vol. 5, n. 1, p. 120-140. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/2389. Acesso em: 3 mar. 2022.

LEITE, E. X. et al. (2019). Materialismo histórico-dialético: contribuições para a realização da pesquisa científica. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, vol. 5, n. 11, ano 4, p. 47-54.

MAGALHÃES, B. (2013). *Fazer a sua parte*: materialismo histórico-dialético e análise do discurso. [trabalho apresentado no VI Seminário De Estudos Em Análise Do Discurso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Disponível: https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/6SEAD/SIMPOSIOS/FazerASuaParte.pdf. Acesso em: 3 mar. 2021.

MARX, K.; **ENGELS**, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.

ORLANDI, E. P. (2005). Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. *Estudos da Língua(gem)*, vol. 1, n. 1, p. 9-13. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973. Acesso em: 3 mar. 2022.

PAIXÃO, A. E. (2012). *Sociologia Geral*. Curitiba: InterSaberes.

PÊCHEUX, M. (1990). *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes.

PINTO, C. R. (2006). *Elementos para uma análise de discurso político*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/217032. Acesso em: 3 mar. 2022.

RASQUEL, S. G. (2019). A desinformação como estratégia de manipulação e abuso de poder no discurso político. *Letras Escreve*, v. 8, n. 2, p. 7-32. Disponível em: https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/3893. Acesso em: 3 mar. 2022.

SAUSURRE, F. (2006). *Curso de linguística geral*. **São Paulo: Cultrix**.

SILVA, S. A. (2015). *O conceito de Ideologia:* TRACY, MARX, ENGELS E GRAMSCI. [trabalho apresentado no Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina]. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180623. Acesso em: 3 mar. 2022.

SOARES, D. D. Q.; **GURGEL,** W. B. (2011). Ideologias e consciência possível na era da informação: reflexões sobre a possibilidade de emancipação na contemporaneidade. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5, 2011. Anais... São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2011.